

Em caso de emergência, eles estão prontos para ação



Fórum de Maringá tem três equipes treinadas para atender situações de ameaça à vida e ao patrimônio

Adayde Santos Cecone

Desembargadora, aposentada em setembro, defende mais espaço à defesa oral na Justiça do Trabalho.

PÁGINA 6

Parque do Japão

Com 100 mil m², espaço reúne trabalho comunitário, cultura e preservação da história no Norte Pioneiro.

PÁGINA 10

Exercícios para os olhos

Sessões de ginástica laboral no TRT-PR incluirão atividades destinadas a manter uma visão saudável.

PÁGINA 5



Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Vice-Presidente:

Desembargadora Ana Carolina Zaina

Corregedora Regional:

Desembargadora Fátima T. Loro Ledra Machado

Diretor-Geral:

Sandro Alencar Furtado

Secretário-Geral da Presidência:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretário-Geral Judiciário:

Gerson Luiz Magnabosco

Secretária do Tribunal Pleno

Órgão Especial e Sessão Especializada:
Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Imprensa e

jornalista responsável:

Marcos Tosi

Redação:

*Angélica Betencourt, Gilberto Bonk,
Marcos Tosi e Nelson Copruchinski*

Estagiários:

Carolina Pereira, Giuliana Nogara e Lucas Karas

Fotos desta edição:

*Alexandre Gonçalves, Gilberto Bonk,
Marcio Lopes e Jason Silva*

Ilustração:

Soraya Wolf

Revisão:

Alexandre Gonçalves, Gilberto Bonk e Marcos Tosi

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

700 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Radial

Missão do TRT

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.



Sugestões de matéria

Assessoria de Comunicação Social
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3310-7309
ascom@trt9.jus.br

Artigo - Desembargadora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado

Corrigir, prevenir e orientar

A função correicional é um instrumento de controle interno, no Judiciário, com previsão constitucional (art. 96, I, "b", CF/88), legal (LOMAN – artigos 127 e 129; CLT, artigos 682, IX) e regimental (artigos 27 e seguintes do Regimento Interno desta E. Corte). A Corregedoria Regional controla a regularidade dos serviços judiciários de Primeiro Grau.

A Corregedoria Regional atua nas Correições Ordinárias (realizadas, anualmente, nas 112 Unidades do Estado – 97 Varas do Trabalho, 11 Serviços de Distribuição, 3 Postos de Serviço e a Central de Mandados de Curitiba); na análise dos Pedidos de Providência e das Correições Parciais; nos procedimentos administrativos disciplinares (envolvendo Magistrados); e nos processos de promoção; na edição de Recomendações e Ofícios Circulares; no controle da Distribuição de Feitos, quando da instalação de novas Varas do Trabalho; dentre muitas outras atribuições.

A função correicional tem três aspectos primordiais: corretivo, preventivo e educativo.

O aspecto corretivo manifesta-se nas Correições Ordinárias, com a edição de recomendações, cujo cumprimento é controlado pela Secretaria da Corregedoria Regional; ocorre, também, nas análises dos Pedidos de Providência e Correições Parciais, quando se observar alguma irregularidade.

O aspecto preventivo decorre das próprias recomendações emitidas, as quais visam não só a correção de fatos pretéritos, como também o ajuste de procedimentos para o futuro. O aspecto educativo reside na constatação das melhores práticas encontradas, e na divulgação das mesmas. Por exemplo, os esforços

bem sucedidos, empreendidos por algumas unidades, para o aumento dos índices de conciliação; redução das pautas de instrução e julgamento; diminuição dos processos na fase de execução, etc. Outrossim, a Escola Judicial tem atuado em parceria com a Corregedoria Regional, ministrando cursos e treinamentos específicos em áreas nas quais notou-se tal necessidade.

Até o mês de agosto deste ano, 57 unidades já haviam sido correicionadas. Neste mês de setembro, encerrar-se-ão as correições nas MM^{as}. Varas do Trabalho da Capital, e no Fórum Trabalhista de Londrina. Até o mês de dezembro, as demais unidades receberão a visita da equipe da Corregedoria Regional do TRT-PR.



Fátima T. L. Ledra Machado é corregedora do TRT-PR

Jason Silva

Homenagem no Teatro Amazonas

O desembargador do TRT-PR Edmilson Antonio de Lima foi um dos homenageados pelo Tribunal Regional do Trabalho do Amazonas e Roraima (TRT11), dia 15 de agosto, quando foi agraciado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário no grau de comendador.

Edmilson Antonio de Lima ingressou na magistratura pelo TRT11, em 1986, tendo atuado em Manaus por três anos antes de compor o quadro de juizes do trabalho da 9ª Região.

Originário do Norte Pioneiro do Paraná, o magistrado também foi homenageado pela comunidade jurídica de Santo Antônio da Platina, no dia 22 de agosto. Durante as comemorações do oitavo aniversário da Vara do Trabalho do município, o desembargador recebeu uma placa com mensagem de agradecimento por sua determinação e seu esforço para a criação da unidade.



Vice-presidente do TRT11, Maria das Graças Alecrim Marinho, cumprimenta o homenageado

Divulgação TRT11

Um amigo me "convocou" para ser juiz

No início dos anos 90, Irã Alves dos Santos advogava em Londrina quando recebeu uma intimação: "Um amigo advogado praticamente me convocou para prestar concurso no TRT do Paraná. Na época, não passava pela minha cabeça ingressar na magistratura". Irã foi aprovado logo no primeiro concurso, em 1992.

Não havia, então, uma fase preparatória para os magistrados depois de empossados. "Fui direto atuar em sala de audiência, exercer de imediato a função de juiz. Não tive muitas dificuldades porque tinha aprendido a me virar quando advoguei e já estava acostumado com o grande volume de serviço", conta o magistrado.

Irã Alves dos Santos atuou como juiz substituto em Cascavel, Pato Branco e Cornélio Procopio, antes de assumir, em 1994, a titularidade da então vara única do município de Umuarama – onde permanece até hoje, agora como titular da 1ª Vara.

Na avaliação do juiz, um dos fatores que dificultam o caminho na magistratura é a cultura do litígio que impera no país. "O nível de litigiosidade no Brasil está insuportável. Não vejo reformas ou medidas para melhorar essa situação. Sobre a relação jurídica entre as partes, o Estado deveria promover uma solução para reduzir o volume de litígios".

Na superação dessas dificuldades, o maior desafio dos juízes é promover a conciliação, "porque a Justiça do Trabalho não consegue funcionar sem um bom número de acordos".

"Nosso papel é reconhecido pela população, que nos vê com bons olhos, embora haja algum preconceito por



Juiz Irã Alves dos Santos, titular da 1ª Vara de Umuarama

Divulgação

parte dos empresários que, muitas vezes, não compreendem a dinâmica da legislação trabalhista", observa.

Ao destacar a importância do papel do magistrado trabalhista, o juiz Irã Alves dos Santos não esconde, entretanto, a face árdua do dia a dia na magistratura: "É uma atividade intensa, que consome boa parte da energia e de nossa vida. Tornou-se hoje muito desgastante". Para o exercício da missão escolhida, Irã Alves dos Santos acredita ser indispensável "tranquilidade de espírito".

O juiz tem duas filhas, Natália, 15 anos, e Ana Carolina, de 17, que acabou de passar no vestibular de Medicina na Universidade Estadual de Londrina. "Na minha família, quase todos são formados em Direito e a Ana Carolina partiu para outra área. Teremos um tema diferente para conversar de vez em quando", diz. Além, é claro, das conversas de pescaria, já que o magistrado costuma arriscar a sorte com o anzol no Rio Paraná.

História Vivida no TRT-PR

Contada pela servidora Susane Ribas Quadros

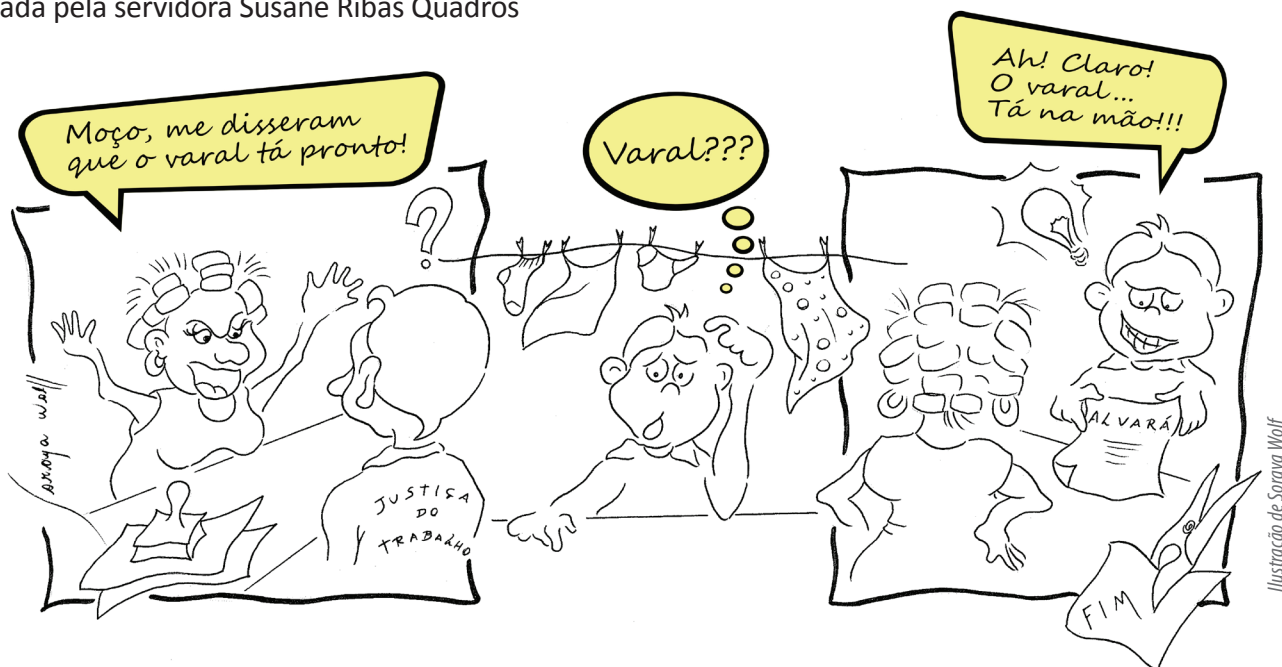


Ilustração de Soraya Wolf

Exercícios para os olhos passam a integrar ginástica laboral no TRT do Paraná



Alexandre Gonçalves

As sessões de ginástica laboral nas unidades do TRT-PR vão contar agora com exercícios específicos para fortalecer os músculos dos olhos. Foram feitos aditivos nos contratos terceirizados para contemplar ações que ajudem a proteger a visão de magistrados e servidores, que, pela própria natureza do trabalho, é bastante exigida no dia a dia.

O fato é que o avanço do processo eletrônico faz com que cada vez mais pessoas trabalhem sentadas, com os olhos voltados para a(s) tela(s) do computador. Isso já provocou um aumento no número de queixas relacionadas a problemas de visão, segundo a Secretaria de Saúde Ocupacional, Desenvolvimento e Benefícios (SEDESB).

Quem trabalha à frente do computador reduz involuntariamente em até três vezes a frequência com que os olhos piscam, dificultando sua lubrificação natural. Ocorre também uma contração dos músculos do globo ocular, acelerando o processo de fadiga.

GINÁSTICA OCULAR

A ginástica ocular existe justamente para prevenir futuros problemas de visão. Assim como qualquer outra musculatura corporal, os músculos dos olhos precisam ser treinados quanto à força e alongamento. Quando focamos um objeto próximo (como o computador), esses músculos estão contraídos. Quando olhamos a uma distância de pelo menos 6 metros, os músculos relaxam. A proposta é trabalhar essa musculatura, por meio de exercícios que envolvam a movimentação dos olhos em todas as direções, que alterem o foco de visão entre objetos a distâncias diferentes e que alternem claridade e escuridão.

EXEMPLOS DE EXERCÍCIOS

1) Focar perto X focar longe: a cada 20 minutos, desvie os olhos do monitor e mude o foco visual para a linha do horizonte, mantendo por 15 segundos. Repita esse movimento 5 vezes.

2) Mãos em concha: posicione as mãos em concha sobre os olhos, sem tocá-los ou fazer forte pressão sobre a face. O objetivo é vedar por completo a passagem de luz. Mantenha a respiração calma e profunda. Permaneça nessa posição por 2 minutos.

3) Pare, pisque e respire: a cada 20 minutos, pisque 10 vezes, mantendo a respiração calma e profunda.

4) Figura do oito: imagine a figura de um 8 à sua frente, a uma distância de cerca de 10 metros. Lentamente, desenhe com os olhos essa figura, sem movimentar a cabeça. Faça 5 repetições para cada direção. Agora imagine a figura de um 8 deitado. Novamente desenhe essa figura, 5 vezes em cada direção.

5) Zoom: sente-se de forma confortável e estique seu braço à frente do corpo, com o polegar levantado. Foque sua visão no polegar. De forma lenta, aproxime o polegar para mais próximo de você (até cerca de 8cm), mantendo os olhos fixos nele. Volte a esticar o braço. Repita 5 vezes.

OUTRAS ESTRATÉGIAS PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS:

1) Posicionar o monitor a 70 - 90 cm de distância do usuário e mantê-lo entre 10 e 20° abaixo da altura dos olhos.

2) Realizar pequenas pausas durante a jornada de trabalho (levantar e sair da frente do computador).

3) Cuidar com o posicionamento dos monitores em relação às janelas: o ideal é que o posto de trabalho fique de lado para as janelas.

4) Reduzir a configuração do BRILHO para 50%.

■ Perfil: Desembargadora Adayde Santos Cecone

"A Justiça do Trabalho deveria dar mais espaço à defesa oral"



Alexandre Gonçalves

Natação, ginástica, ioga, RPG. Ao longo dos anos, mudaram as atividades, só não mudou o hábito da desembargadora Adayde Santos Cecone de exercitar-se para garantir disposição e saúde no desempenho da magistratura. Se a aposentadoria compulsória aos 70 anos é uma espécie de linha de chegada, pode-se dizer que a desembargadora termina a prova com fôlego de maratonista.

Pouco antes de se aposentar, após 45 anos dedicados à Justiça do Trabalho como advogada e magistrada, Adayde Cecone concedeu entrevista ao Informativo Nona e lembrou o início difícil – “não havia mulheres nos cursos de Direito”, “meu pai queria que eu fosse professora” – e alguns momentos marcantes, como o que viveu na Vara do Trabalho de Irati, quando “em dois dias tivemos que modificar a estrutura da vara para receber um funcionário cadeirante”.

Se estivesse ao seu alcance, que medida tomaria para melhorar a Justiça do Trabalho? “Daria mais espaço para a defesa oral, para as pessoas externarem somente aquilo que realmente é necessário, para serem mais objetivas e não floream tanto as defesas”, afirma. Confira o depoimento da desembargadora.

// *Eu estava no ginásio, com 16 anos, e já sabia que queria ser advogada. A resistência começou dentro de casa. Naquela época, há quarenta e poucos anos, a mulher não era considerada apta para a profissão. Meu pai falou: “Nossa, por que você quer ser advogada? Devia fazer magistério, ser professora”. Fiz o vestibular na Faculdade de Direito de Londrina, atualmente UEL, onde só havia uma mulher matriculada. A minha turma, de 1964, foi a segunda com mulheres. Éramos duas moças e 48 rapazes.*

Quando trabalhei em Irati, recebi um funcionário que era cadeirante. Na verdade, a Justiça do Trabalho não tinha condições físicas de recebê-lo. Em dois dias, tivemos de mudar a estrutura da vara para que ele pudesse entrar no prédio com a cadeira de rodas e até para usar o banheiro. Aquilo me marcou muito. Mais tarde, na 20ª Vara de Curitiba, esse funcionário veio a trabalhar comigo de novo, e também adaptamos o anexo das varas para poder subir a rampa com a cadeira.

Sou virginiana, tenho a mania de fazer tudo bem certinho, uma coisa de cada vez. Fui advogada, casei, fui mãe e depois é que pensei na magistratura. A ideia surgiu quando fiz 43 anos. Pela Constituição, a idade máxima para ingresso era de 45 anos. Eu teria que passar naquele concurso ou perderia a chance. Passei. Depois a Constituição foi mudada e acabou este limite de idade.

A instituição do “Conciliar é Legal” marcou minha trajetória. Toda sexta-feira eu colocava 30 audiências em pauta na 20ª Vara de Curitiba, só para conciliação. Cada semana, chamava um perito calculista diferente. Conciliávamos muito. Em média, dois terços dos processos terminavam em acordo, e já fazíamos ali mesmo os cálculos. Depois disso é que surgiram os núcleos de conciliação na Justiça do Trabalho.

Até hoje existem processos em andamento, da época em que eu advoguei – há quase 25 anos. Então, conciliar é mesmo legal. Houve um processo que ficou retido no TST durante sete anos. O reclamante ficou tão desanimado que foi até a empresa, pediu dez mil reais e fechou o acordo num processo de 290 mil reais. Pegaram outro advogado, que não era o do processo, fizeram esse acordo que eu tentei de todos os jeitos anular, mas não consegui. O reclamante mesmo se dispôs a receber aquilo e não queria mais nada. Ficou desacomodado com a Justiça do Trabalho.

Uma vez fiz a sentença e, no dia seguinte, percebi que deveria mudar a decisão. A mulher sofreu um acidente na Fiat Lux, depois de arrastar um saco de palitos de fósforos, que pegou fogo e a queimou. A partir dali ela começou a faltar muito, porque precisava fazer fisioterapia. Passou um tempo, foi mandada embora por suposta negligência. Ela não compareceu à audiência de instrução e não teria como ganhar o processo. Eu pensei: mas ela faltava ao trabalho por culpa da empresa, que não providenciou os meios necessários para exercer a profissão. Era em função do acidente que faltava! Aquilo ficou pesando no meu subconsciente. Foi a primeira sentença que precisei adiar. Refiz no final de semana e publiquei na segunda-feira, determinando que ela recebesse o que postulava.

Hobby - exercícios físicos (yoga, pilates e natação)

Prato - frutos do mar

Frase - a definição de Ulpiano de justiça:

"A justiça consiste em dar a cada um o que é seu".

Viagem inesquecível - Santorini, Grécia

Livro - Força na Areia (Morris West)



Alexandre Gonçalves

"A instituição do 'Conciliar é Legal' marcou minha trajetória"

Para melhorar a Justiça do Trabalho, eu daria mais espaço à defesa oral. Para as pessoas externarem somente aquilo que realmente é necessário e não floream tanto a defesa. Seria bem melhor se as audiências fossem gravadas e a defesa, oral. Vi isso em Madri, em uma audiência trabalhista.

Achei bacana a honestidade das pessoas. A defesa era na hora, como se fosse um tribunal do júri. Então o advogado era chamado e dizia: "Não vou fazer acordo, por isso e por aquilo, tenho aqui as provas". Em seguida, ia até o advogado adversário e mostrava as provas: "Ah, não sabia disso, então podemos fechar um acordo". E terminava a audiência assim, de uma maneira maravilhosa e espontânea. Tenho guardada até hoje a sentença daquele caso que presenciei. //

Atuação foi reconhecida pelos pares da Primeira Turma

A Primeira Turma do TRT-PR homenageou Adayde Santos Cecone na última sessão em que a desembargadora presidiu o colegiado antes da aposentadoria. O evento, dia 2 de setembro, foi prestigiado por magistrados, servidores e advogados, além de familiares da homenageada. "É muito bom chegar aos 70 anos com saúde e disposição. Não queria sair, mas a lei me obriga", afirmou a desembargadora, ressaltando que as conquistas de sua carreira só foram possíveis graças ao apoio dos familiares e dos servidores.

O desembargador Edmilson Antonio de Lima, também integrante do colegiado, entregou à colega uma placa em retribuição pelos serviços prestados na 1ª Turma. Também saudaram a magistrada os desembargadores Luiz Eduardo Gunther, Neide Alves dos Santos, Paulo Ricardo Pozzolo, Márcia Domingues, Célio Horst Waldraff e o procurador Luís Carlos Córdova Burigo.

Brigada de incêndio

Fórum de Maringá tem equipes prontas para lidar com situações de emergência

Um som agudo e prolongado da sirene de emergência interrompeu os trabalhos no Fórum de Maringá. Sinal de fogo. Enquanto as pessoas deixavam o prédio, uma equipe de brigadistas começou imediatamente a varredura para verificar a gravidade da situação; outra turma já se preparava para o combate ao incêndio.

“Foi apenas um pano de prato que pegou fogo, já está tudo sob controle”, informou um servidor, trazendo alívio a todos. Em instantes, as atividades voltavam à normalidade. O acidente no início deste ano pôs à prova, ainda que num estágio apenas inicial, a capacidade de reação da brigada de incêndio do Fórum de Maringá.

Não houve tumulto. As pessoas seguiram o procedimento correto nestas circunstâncias: abandonaram o prédio de forma organizada, sabendo que integrantes da brigada iriam verificar o que estava acontecendo.

Desde 2012, havendo alguma situação de emergência, o Fórum de Maringá tem três equipes prontas para agir. “A primeira turma faz uma varredura para localizar o problema; outra equipe organiza a saída das pessoas do prédio e um terceiro grupo encarrega-se de partir para o combate ao fogo”, conta o servidor Fábio Adriano Egea, agente de segurança que coordena a Brigada de Incêndio do Fórum.

Adriano entende do assunto. Ex-integrante da Força Aérea, onde atuou por nove anos, ele trouxe da carreira militar a disciplina e os conhecimentos específicos



Brigadista demonstra como combater foco de incêndio

fundamentais para fazer uma brigada de incêndio funcionar. Compõem a brigada de Maringá 17 servidores. A cada ano, eles frequentam juntos pelo menos 16 horas de treinamentos, quando participam de simulações, operam hidrantes e mangueiras e atualizam os conhecimentos de primeiros socorros.

“São conhecimentos úteis para a vida pessoal. A primeira reação em uma situação de emergência, como uma pessoa engasgada, por exemplo, pode ser decisiva para salvar vidas”, observa Adriano.

O servidor Jair Avelino Sorvos confessa que, antes de entrar para a brigada de incêndio, não tinha ideia do que fazer caso se deparasse com uma pessoa desmaiada. Em julho, uma estagiária de Direito desmaiou na Secretaria da Vara. Jair foi chamado. “Isolei a área, acalmei as pessoas ao redor e verifiquei as funções vitais da moça. Em menos de um minuto ela retomou a consciência e disse que uma anemia vinha causando desmaios frequentes”, conta o brigadista.

Os integrantes da brigada de incêndio são voluntários. A ideia de formar o grupo, segundo o diretor do Fórum Trabalhista de Maringá, juiz Marcus Aurélio Lopes, surgiu de uma preocupação que não se restringe a magistrados e servidores. “O mais importante é garantir a segurança de todos os maringaenses que vêm ao fórum”, afirma. A cada mês, numa sexta-feira, os brigadistas se reúnem por pelo menos uma hora para estar informados e entrosados – como deve ser em uma equipe que existe para proteger o patrimônio e, principalmente, a vida.



Treinamento ensina como aplicar técnicas de reanimação



Divulgação

Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná auxilia nas formações teórica e prática dos brigadistas

Voluntários já podem se inscrever para novas brigadas

Brigadas de incêndio vão ser instaladas em várias unidades do TRT-PR, com treinamento especializado do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. A administração do Tribunal autorizou a assinatura de convênio com os bombeiros, que depende agora apenas de ajustes formais.

Os magistrados e servidores que tiverem interesse em atuar nas brigadas, como voluntários, devem enviar um e-mail para sefist@trt9.jus.br. A única exigência é ter uma boa condição geral de saúde.

O treinamento envolverá prevenção e combate a incêndio, abandono de área e primeiros socorros. A tabela abaixo mostra as localidades onde a brigada é exigida pelos bombeiros, assim como o número mínimo de voluntários para sua instalação.

<i>Unidade</i>	<i>Localidade</i>	<i>Total de brigadistas necessários ao atendimento</i>
Edif. 528 da Al. Carlos de Carvalho	Curitiba	89
Edif. 400 da Av. Vicente Machado	Curitiba	61
Edif. 400 da Av. Vicente Machado (Anexo)	Curitiba	47
Edif. 147 da Av. Vicente Machado	Curitiba	77
Imóvel Cajuru	Curitiba	11
Fórum de São José dos Pinhais	S. José dos Pinhais	11
Fórum de Londrina	Londrina	24
Fórum de Maringá	Maringá	Brigada já implantada 17
Fórum de Cascavel	Cascavel	11
Fórum de Paranaguá	Paranaguá	7
Fórum de Ponta Grossa	Ponta Grossa	15
Fórum de Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	7
Fórum de Cornélio Procópio (após reforma)	Cornélio Procópio	10

■ Maringá

Parque do Japão: trabalho comunitário, preservação da história e cultura



Divulgação

Além da prefeitura, japoneses e descendentes se reúnem para manter a beleza do Parque do Japão

Quando o príncipe Naruhito esteve em Maringá na inauguração do Parque do Japão, em junho de 2008, ele não viu o capricho com que seus irmãos nipo-brasileiros prepararam o jardim para a visita imperial. “Eu trouxe 47 pessoas para ajudar a plantar grama e arrumar o lugar, mas o príncipe chegou depois de escurecer e não viu quase nada”, recorda o agricultor Motoo Kanada, 73. “Tudo bem, o importante é que cuidar da natureza nos faz viver melhor”, acrescenta o caçula de uma família de sete irmãos da província de Nagano que, aos 19 anos, decidiu deixar seu país de origem após ler o cartaz: “Brasil, esperando jovens para realizar seus sonhos”.

O sonho de Motoo, formado em Agronomia, era trabalhar na lavoura, algo difícil nas terras montanhosas e geladas de Nagano. No Brasil plantou de tudo – café, hortelã, amendoim, algodão, soja e milho. Aposentado, faz questão de pegar na enxada e no rastelo durante os mutirões que a comunidade nipônica de Maringá promove para preservar a paisagem do Parque do Japão. “A responsabilidade não pode ser só da prefeitura; é de todos nós, afinal, isso aqui é um pedacinho do Japão”, diz.

Com 100 mil m², o Parque do Japão de Maringá é o maior parque nipônico do mundo, fora do território japo-

nês. Uma vez por mês, no inverno, e sempre que necessário no verão, dezenas de japoneses e descendentes se reúnem para cortar grama, podar árvores, limpar o riacho, controlar insetos e fungos. “A gente trabalha, mas não é por dinheiro. A recompensa é lidar com a natureza, encontrar os amigos, lembrar o sacrifício dos pioneiros e passar para os mais jovens a gratidão pelo País que nos acolheu”, diz Jorge Yasunaka, 68, produtor de café de Marialva.

“Japonês é assim mesmo, tem mania de deixar tudo em ordem, gosta de ver as coisas bonitas”, resume o administrador do parque, Eduardo Temiziro Suzuki. De forma indireta, a Justiça do Trabalho também está presente no Parque do Japão, através de duas árvores, plantadas pelo ministro do TST, **Fernando Eizo Ono**, e pelo presidente do TRT-PR, **Altino Pedrozo dos Santos**, durante visita no final de 2013.

Desde 1º de julho, o horto está oficialmente entregue aos cuidados da comunidade nipônica, através da OSCIP Parque do Japão. Inicialmente, a prefeitura dará ajuda de custo mensal, mas a ideia é que com o tempo o parque seja autossustentável, pela renda do restaurante e do centro de eventos. Seja como for, os mutirões vão seguir. E vão ajudar a perpetuar o legado dos japoneses à cultura e ao desenvolvimento de Maringá e região.



Divulgação

Com 100 mil metros quadrados, Parque do Japão de Maringá é o maior parque nipônico do mundo, fora do território japonês



Divulgação

Des. Altino, Sr. Afonso Shiozaki e Ministro Fernando Eizo Ono durante plantio de árvores no parque



Marcio Lopes

Controle de insetos e fungos faz parte dos cuidados permanentes do local

1º Encontro de Setoriais

Aconteceu em Maringá, no início de agosto, o 1º Encontro das Setoriais Administrativas, que promoveu a integração entre os servidores lotados nas divisões de apoio de Maringá, Londrina, Cascavel e Curitiba.

As setoriais, ou divisões de apoio, são vinculadas à Secretaria Administrativa (SA) do TRT e, entre suas atribuições, estão o planejamento, a coordenação e a execução de atividades envolvendo o patrimônio imobiliário, insumos, manutenção predial, segurança pessoal e patrimonial, transporte de pessoas e bens, gestão e fiscalização de serviços terceirizados (limpeza, vigilância armada, etc.), além de apoio às Secretarias de Engenharia e Arquitetura e de Tecnologia da Informação.



Divulgação TRT-PR

Representantes de quatro regiões trocaram experiências no encontro sediado em Maringá

Coleta de óleo é exemplo de cidadania na Vara do Trabalho de Nova Esperança

Uma iniciativa da Vara do Trabalho de Nova Esperança, no Norte do Paraná, tem protegido mananciais de água da poluição causada pelo descarte irregular do óleo de cozinha.

Chama atenção, em frente à unidade, a presença de um coletor de óleo feito de sucata doado pela Cooperativa Cocamar. “Considerando que cada litro de óleo utilizado na cozinha tem potencial para poluir 14 mil litros de água, tivemos a ideia de converter a nossa unidade em um posto coletor”, diz a servidora Karla Cristina Santoro Urbano Alberton.

O sistema, implantado pelo juiz Luiz Antônio Bernardo e por servidores, inclui um depósito de alvenaria fechado com grade, onde ficam as garrafas de óleo até o encaminhamento para a destinação final.

Antes do posto de coleta, o descarte acontecia diretamente no solo ou na rede de esgoto. Hoje, o óleo é utilizado por famílias carentes na confecção de sabão de cozinha, com divulgação do serviço de coleta na rádio local.

O projeto foi destaque durante o **VI Encontro de Multiplicadores** realizado em agosto pela Seção de Responsabilidade Socioambiental do TRT do Paraná. Estuda-se agora uma parceria com a Cocamar para a produção de outras 30 unidades do coletor para distribuição a municípios da jurisdição de Nova Esperança, entidades beneficentes e alguns setores do Tribunal.

Em Curitiba, a coleta do óleo usado de cozinha é feita em 78 pontos do Câmbio Verde (programa de troca do lixo reciclável por verduras) e nos 21 terminais de ônibus da cidade.



Divulgação

Coletor para reciclagem de óleo comestível



Divulgação

Coletor de óleo foi emprestado por dois anos consecutivos ao município de Colorado, gerando bons resultados